



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRAXIS

ANO VIII - Nº 84 - JULHO/AGOSTO 2015



AGENDA

BRASIL

Na urgência de manter o acordo com os grupos dominantes, governo apresenta uma série de medidas de retrocesso social. Como o Serviço Social se insere nesse panorama.

Páginas 12 e 13

**Recadastramento de
assistentes sociais**

Pág. 16

**Instrumentos e técnicas:
a entrevista social**

Páginas 12 e 13

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Dia 30/09 às 18h

**Planos de metas e valor da
anuidade de 2016**

Os cortes nos orçamentos públicos e as políticas sociais

Uma queixa é recorrente em nossa categoria: o que aprendemos em nossa graduação não se efetivaria no exercício profissional.

Esta percepção é também influenciada pela conjuntura. Uma de suas características, no mundo todo, é a de compartimentar a vida: economia diria respeito a finanças; política, à participação em decisões; educação, a repasse de conhecimentos de alguns para outros. Este processo tem profunda relação com a forma como, na atual fase de acumulação capitalista, se explica a vida social. Categorias marxistas centrais em nossa formação, como totalidade, contradição e dialética, são desprestigiadas e apresentadas como "não científicas".

Há elementos na conjuntura que precisam ser desnudados, pois compõem estratégias de manutenção do *status quo*. Um é o financiamento das políticas sociais. Sempre que se anuncia uma "crise", países submissos à lógica do capital privilegiam cortes de gastos estatais. Principalmente os destinados a políticas sociais públicas. Isto amplia as dificuldades de nossa ação profissional com qualidade e na perspectiva de universalidade do acesso a bens e serviços, como prevê nosso código de ética.

No Brasil este paradoxo aparece de diferentes formas. A mídia comercial afirma que passamos por uma das maiores crises (muitos de nós repetem o mesmo discurso desavisadamente); mas bancos privados

continuam ampliando seus lucros.

Interessante: setores que apoiavam políticas recessivas na última campanha presidencial hoje manifestam-se contrários dizendo que qualquer ação que resulte na queda da atual presidente da República é fragilizar a economia. O jornal O Globo e até o *New York Times* o afirmaram em editorial. Setores que estão entre as principais vítimas das políticas adotadas pelo governo federal também temem este desdobramento. Ou seja: há conteúdos muito distintos em discursos que defendem a continuidade do governo. Na outra ponta, parte do eleitorado que apoiava as medidas que hoje são tomadas quer a queda imediata do governo. O problema central não está na posição defendida por este ou aquele segmento. Mas na polarização despolitizada entre dois campos, que impede a percepção do que se encontra na raiz da conjuntura. Um fator é, certamente, a crise vivenciada pelo capital no mundo. Outro é a subserviência dos governos brasileiros – federal, estaduais e municipais – à tática de deixar o prejuízo sobre os ombros dos trabalhadores. E poupar os que continuam lucrando, mesmo com a citada crise.

A Auditoria Cidadã da Dívida acompanha de forma independente os gastos públicos brasileiros. O orçamento previsto pelo governo federal para 2015 apontava R\$ 1,356 trilhão para gastos

com a dívida pública. 47% de tudo que o governo arrecadaria. O valor supera tudo o que se investe em todas as políticas sociais públicas em curso no país. Ou seja, não se trata de ausência de dinheiro: é escolha política. Que, aliás, foi o caminho trilhado por todos os partidos que assumiram o governo federal desde a redemocratização do Brasil. Os beneficiários das dívidas certamente não são os trabalhadores.

Países como o Equador resolveram auditar sua dívida: ao interpretar que parte dos números era ilegítima, redimensionou valores gastos com ela, ampliando gastos públicos em políticas para a maioria da população. No Brasil, auditoria ou não pagamento das "dívidas" permanece um tabu. E a grande mídia ainda diz que se o brasileiro não é caloteiro e aperta o cinto em suas casas, deve defender o mesmo para o país...

O caminho mais promissor para reverter este quadro permanece sendo a aposta nas lutas sociais, como as diversas greves e movimentos que disputam a destinação do fundo público. A nós, assistentes sociais, além de participar e nos solidarizar com tais lutas, cabe resgatar um dos principais ensinamentos de nossa graduação: atrás da aparência dos fenômenos sociais há essências escondidas pela ação ideológica das instituições que referendam a desigualdade capitalista.

A diretoria



CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 84 - Julho/Agosto 2015

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: diretoria@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Presidente: Rodrigo Silva Lima

Vice-presidente: Denise Nicacio Pereira

1º Secretário: Carlos Felipe Nunes Moreira

2º Secretária: Márcia Denise de Canena

1ª Tesoureira: Carolina Cruz da Silva

2ª Tesoureira: Mônica Simone Pereira Olivar

Conselho Fiscal: Vanessa Bezerra de Souza, Christiane dos Passos Guimarães, Nelson Félix Lima Neto.

Suplentes: Charles Toniolo de Sousa, Eliane Santos de Assis, Glícia Nick de Oliveira, Sílvia Dabdab Calache Distler, Maria de Fátima Alves Canazaro Vasconcellos, Moara Paiva Zanetti, Vera Sodré de Araújo, Débora Rodrigues de Araújo, Carla Maria Diniz Fernandez

Comissão de Comunicação e Cultura: Carlos Felipe Nunes Moreira, Rodrigo Silva Lima, Charles Toniolo de Sousa, Nelson Félix Lima Neto, Carla Maria Diniz Fernandes, Sílvia Dabdab Calache Distler, Moara Paiva Zanetti, Jefferson Lee de Souza Ruiz, Célio Albuquerque, Rafael Lopes e Allan Botelho

Seccional Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 - Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Liliâne Cardoso d'Almeida

Secretário: Jonis M. S. Felipe

Tesoureira: Eliana Ferez

Suplentes: Cristiano Correa Pessanha; Fernanda de Oliveira Monteiro; Natália Meritello

Seccional Sul Fluminense – Volta Redonda

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 - Pontual Shopping - CEP 27261-050

Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Suellen das Chagas Bitencourt

Tesoureira: Paula Almeida Pereira

Secretária: Débora Tavares Rodrigues

Suplentes: Natália Reis de Oliveira, Fabiela Salvador da Costa, Cristiane dos Santos Alves

Jornalistas responsáveis: Célio Albuquerque (MTB/RJ 15751) e Rafael Lopes (SRTE/RJ 33988)

Estagiário de comunicação: Carolina Rodrigues

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D

Impressão: Gráfica Colorset – **Tiragem:** 16.000 exemplares – **Data de impressão:** 22/07/2015

Notas

Registro e anuidade

Direito ao nome social

Visando contribuir com a legitimação dos direitos fundamentais à igualdade, à liberdade, ao respeito e à dignidade da pessoa humana, o Conjunto CFESS/CRESS assegura às pessoas travestis e transexuais o direito ao uso do nome social quando do exercício profissional.

A pessoa interessada deve solicitar, por escrito e indicará, no momento da sua inscrição no CRESS, o prenome que corresponda à forma pela qual se reconheça, é identificada, reconhecida e denominada por sua comunidade e em sua inserção social.

Assistentes sociais terão o direito de utilizar o nome social nos crachás e nas assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido enquanto assistente social, juntamente com o número do registro profissional.

A livre orientação sexual e identidade de gênero constituem direitos humanos da população LGBT e esta ação representa a efetiva tentativa do conjunto CFESS/CRESS o sentido de assegurar o pleno exercício da cidadania dos grupos trans.

Profissionais podem solicitar a substituição de seus documentos profissionais, comparecendo ao CRESS no Setor de Registro e Anuidade ou nas seccionais. O uso no nome social está previsto na resolução CFESS nº 615/2011.

Acesse em <http://goo.gl/eqH1sc>

Novo Núcleo: Serra em Movimento

Por causa da distribuição geográfica dos municípios no mapa da Região Serrana que dificultava a participação das assistentes sociais nas



atividades do núcleo, foi criado o Núcleo "Serra em Movimento". A base é composta pelos municípios de Nova Friburgo, Cachoeira de Macacu, Bom Jardim, Duas Barras, Carmo, Cordeiro, Trajano de Moraes, Macuco, Santa Maria Madalena e São Sebastião do Alto.

O CRESS espera poder fortalecer politicamente a categoria destes municípios que enfrentam desafios comuns para a concretização de ações que visam a qualidade do exercício profissional, ou a ampliação da inserção profissional como nas políticas de habitação e educação. Além de promover debates e construir estratégias para ações coletivas de defesa da profissão na região. Para tal, a participação da categoria, estudantes e demais sujeitos é de fundamental importância para o sucesso da iniciativa.

O CRESS acredita que esta iniciativa colabore para aproximar a categoria do Conselho na perspectiva de intensificar debates que são fundamentais no fortalecimento da luta contra o desmonte das políticas sociais e que, consequentemente atingem os espaços sócio-ocupacionais.

Acompanhe a agenda de atividades do núcleo pelo site do CRESS (www.cressrj.org.br), pelo perfil do CRESS no facebook e pelo boletim semanal Via CRESS.

5º Encontro Nacional Serviço Social e Seguridade Social

Aprovado durante o 43º Encontro Nacional CFESS/CRESS, será realizado entre os dias 19 e 21 de novembro de 2015 o 5º Encontro Nacional Serviço Social e Seguridade Social, no Minascentro, em Belo Horizonte/MG. O evento terá como tema: "Serviço Social reafirma: seguridade social pública e estatal é possível".

O encontro debaterá diversos temas de extrema relevância para o Serviço Social brasileiro na atual conjuntura, incluindo as concepções de família em disputa nas políticas públicas, assim como as lutas de sujeitos coletivos para o acesso a direitos. Também ocorrerão plenárias simultâneas, com diversos temas particulares que envolvem o exercício profissional de assistentes sociais.

O evento é aberto para a participação de profissionais, estudantes e demais interessados. As inscrições serão feitas através do site www.encontrodeseguridadesocial.com.br. As informações sobre taxa de inscrição e local de realização encontram-se no referido site.



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pauta: Plano de Metas; deliberação do valor da anuidade de 2016; e informes do 44º Encontro Nacional CFESS/CRESS.

A assembleia será realizada no dia 30 de setembro, quarta-feira, na sede do Conselho, Rua México, 41, 12º andar, Centro do Rio de Janeiro, com primeira convocação às 18h00 e segunda convocação às 18h30h. Terão direito a voto assistentes sociais em dia com o CRESS.

PRAXIS NO FEMININO: No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

Exercício profissional

A água e o direito à cidade



Estação de tratamento do Rio Guandu

Toda intervenção urbana possui como etapa algum nível de planejamento. Abertura de ruas, avenidas e construção de casas deveriam ser primeiramente pensadas e desenhadas de forma técnica. No entanto, esse aparato, comum a qualquer intervenção urbana, nem sempre leva em consideração a realidade e a necessidade de segmentos populacionais, que vão receber tal obra.

Atualmente, essa medida tem ganhado novo formato. O Projeto de Trabalho Técnico e Social (PTTS) busca desenvolver ações que fortaleçam a participação dos moradores da região beneficiária no decorrer da execução do plano.

No caminho de uma obra de saneamento básico da CEDAE no município de Itaguaí, encontrava-se a Favela de Chaperó. As intervenções faziam parte de uma das etapas que consistia na

construção de três elevatórias para abastecer os reservatórios do bairro. Ao todo, o projeto previa obras em oito regiões que se estendem até o município vizinho de Seropédica.

Apesar de o município de Itaguaí fazer parte da Região Hidrográfica que engloba o Rio Guandu, responsável pelo abastecimento d'água de 15 municípios, incluindo a capital Rio de Janeiro, um dos grandes problemas locais é a irregularidade no abastecimento de água potável.

Antes que o maquinário chegasse ao local, em agosto de 2013, uma equipe de Serviço Social, composta por três assistentes sociais, foi solicitada para atuar junto aos moradores da região.

"Nosso trabalho consiste em acompanhar a comunidade que está recebendo a obra. De que forma? Contribuindo para organizar a comunidade, fazendo assembleias para discutir com os moradores sobre a obra que vai entrar. Chegamos aqui e começamos

a conversar com a comunidade antes mesmo da entrada da obra física começar. Essa é a intenção do trabalho social: tentar acompanhar a demanda da comunidade em tempo real. Antes a concepção era da noite para o dia a pessoa chegar em casa e encontrar uma máquina, um trator, perfurando sua calçada, por exemplo. Sem nenhum aviso prévio, ou intermediação. Agora, você tem um conjunto de ações junto da equipe social para que se minimizem os impactos da obra na vida da comunidade.", explica o assistente social Paulo Faleiro.

Sobre a escassez de água na região, Faleiro conta que nos momentos críticos havia conflito entre vizinhos.

"Na verdade aqui são bairros que tinham muita dificuldade ao acesso de água. Isso gerava uma série de problemas até entre vizinhos. Parte da população desconhece esse tipo de questão, porque

abre a torneira e a água está lá. Mas vimos casos de pessoas que tinham que acordar às 4h da manhã e percorrer longas distâncias até pontos de distribuição. Ou, em outras situações, a água chegava de dois em dois dias por apenas alguns minutos. Não podemos esquecer que acesso à água é um direito”, destaca.

Um trabalho, duas histórias

Para as famílias, a obra de saneamento significava a chegada de água potável de forma regular e, para a equipe de Serviço Social, a possibilidade de exercer a profissão em mais um espaço sócio-ocupacional. A assistente social Angela Lucena pode sentir a satisfação de ambos os lados. Moradora de Chaperó há 35 anos, a profissional não teve muita dificuldade de percorrer as mais de 30 ruas e atender cerca de 500 famílias em pouco mais de um mês de trabalho.

“Como conheço tudo por aqui, ficou mais fácil falar com as lideranças. Entramos em contato com os hospitais, as escolas, igrejas, Centro de Referência de Assistência Social e usamos alguns desses espaços para nossas reuniões. Andávamos por todas as ruas. Quando estava acontecendo a obra, geralmente ficávamos pela rua o tempo todo. Acontecia algum problema que a obra pudesse ter ocasionado, como o rompimento de alguma tubulação de água, estávamos por lá. Realizamos ainda diversos plantões sociais, que consistiam no processo informativo junto aos moradores. Os encontros sempre contavam com a participação dos engenheiros e outros técnicos, para que as dúvidas sobre a obra fossem explicadas para os moradores”.

Ainda de acordo com a assistente social, durante a execução do projeto a equipe conseguiu atender outras demandas que iam além do previsto.

“Nós, como assistentes sociais, não deixamos de fora em nenhum momento o nosso olhar mais amplo. Nas entrevistas com os moradores conseguimos constatar outros problemas. Muitas pessoas não fazem ideia de seus direitos e muito menos onde procurar auxílio. Foram diversas situações que envolviam a saúde de idosos, que por problemas de saúde não conseguiam se locomover com facilidade. Estavam precisando de cadeiras de roda. Em outros casos, eram problemas com documentação civil”, orgulha-se do trabalho desenvolvido.

A água e o direito à cidade

Falar em direito à água potável é falar de direitos humanos. Do acesso à água depende o direito à vida, à saúde, à alimentação

adequada. Políticas urbanas devem garantir o direito de moradia digna e de bem-estar humano.

Portanto, as intervenções urbanas para garantir o acesso à água potável devem ser pensadas nessa perspectiva: do atendimento às necessidades da população. É fundamental que assistentes sociais tenham isso no horizonte de seu exercício profissional.

O Rio de Janeiro vivencia no cenário contemporâneo um conjunto de intervenções urbanas, com o argumento da melhoria da qualidade de vida da população ou da preparação da cidade para os megaeventos esportivos. Entretanto, o que vimos é que, apesar do discurso, direitos humanos são violados constantemente. Em muitos casos, a população acaba sendo a maior prejudicada, uma vez que tais intervenções respondem principalmente a interesses de grandes empresas construtoras e outras que se beneficiam das obras e de seus resultados.

O direito à cidade é reconhecidamente

um direito humano. Mas a água, na sociedade capitalista, é tratada como uma mercadoria. Essa contradição aparece em diferentes espaços de trabalho de assistentes sociais. Portanto, lutar para que as populações que ainda não possuem acesso à água é fundamental, mas sem que isso prejudique o acesso a outros direitos fundamentais em nome dos interesses do mercado.

O acesso à água, e as “crises” de abastecimento não podem ser tratadas como de responsabilidade individual, que será resolvida com a “conscientização” da população. A questão socioambiental é, sobretudo, algo que envolve interesses econômicos e políticos. Portanto, é objeto da luta política daqueles que defendem os direitos humanos, e pauta de quem luta por uma nova ordem societária. Organizar a população para discutir o direito à água, nesse contexto, torna-se tarefa fundamental para o Serviço Social.



“Essa é a intenção do trabalho social: tentar acompanhar a demanda da comunidade em tempo real”

Paulo Faleiro

“Os encontros sempre contavam com a participação dos engenheiros e outros técnicos, para que as dúvidas sobre a obra fossem explicadas para os moradores”

Angela Lucena

Pergunte à COFI

Concursos Públicos

Qual é o papel do CRESS em relação aos editais de concursos públicos onde há vagas para assistente social?

De acordo com a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em seu artigo 77, todos os conselhos profissionais devem participar de todas as fases do concurso público, desde a elaboração do edital até a homologação do concurso, sempre que houver vagas que exigirem conhecimentos técnicos próprios de determinada categoria profissional. No caso do CRESS, assistentes sociais. A Constituição do estado evidencia que antes mesmo de serem oferecidas as vagas, os conselhos deveriam ser comunicados pelas bancas organizadoras, a fim de que venham participar da elaboração do edital. No entanto, atualmente são raras as situações em que bancas organizadoras cumprem o determinado pela Constituição. Visando prevenir que irregularidades dispostas em editais sejam futuramente incorporadas ao exercício profissional de assistentes sociais, como, por exemplo, competências e atribuições privativas não condizentes com a Lei 8.662/93, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do CRESS realiza pesquisas periódicas em sites que disponibilizam vagas para concursos públicos, observando as questões pertinentes ao cargo de assistente social e também recebe denúncias de profissionais e estudantes sobre irregularidades identificadas nos editais.

Tal regramento vale também para seleção no setor privado?

Não. Mas ainda assim o CRESS intervém caso o contratante solicite indevidamente nos critérios de seleção competências e atribuições privativas que firmam nossa legislação ou utilize inadequadamente a nomenclatura "Serviço Social", ou ainda coloque pessoas leigas para aferirem conhecimentos técnicos de Serviço Social. Sempre contamos com as informações enviadas por assistentes sociais à COFI para que possamos tomar as devidas providências legais.

E se a carga horária exigida ultrapassar 30 horas semanais?

Assistentes sociais têm a carga horária garantida pela Lei 12.317/10, que alterou a Lei 8.662/93, em seu artigo 5º, garantido a jornada de trabalho semanal de até 30 horas. Sendo assim, cabe ao CRESS fiscalizar o cumprimento desta normativa e temos nos manifestado nas ocorrências de violação. No entanto, juridicamente, no que se refere a esta questão e a outras situações trabalhistas, tais como diferença salarial entre diferentes categorias de nível superior, salários baixos, inexistência de plano de cargos e carreiras, entre outras, a responsabilidade no encaminhamento é das entidades sindicais. O CRESS inclusive já foi advertido pelo Ministério Público do Trabalho quanto à ilegalidade de intervir em questões que são da esfera sindical. O papel do CRESS tem sido de apoiar politicamente tais reivindicações através de notas e outras manifestações.

Mas se o edital do concurso público estiver de acordo com a Lei das 30 horas e não oferecer o piso salarial estadual, o que fazer?

A lei estadual que rege o piso salarial das categorias de nível

superior, entre outras, se refere aos trabalhadores contratados, excetuando os servidores públicos municipais, que possuem regimes próprios de contratação. A Lei Complementar 103/2000, que autoriza os estados a instituir o piso salarial estadual, determina que o piso não será exercido sobre a remuneração dos servidores municipais. Por isso, ainda encontramos prefeituras oferecendo remuneração dos servidores municipais abaixo do piso estadual. Deve então o aprovado acionar seu sindicato para intervir. Além de possuírem a legitimidade jurídica para tal, os sindicatos são as entidades responsáveis pela organização da luta em torno da questão salarial, que é uma luta histórica da classe trabalhadora.

Pesquisando por concursos públicos, encontrei o edital de um município solicitando apenas o ensino médio para o cargo de assistente social. O que o CRESS faz neste caso?

Assim que o CRESS toma conhecimento do fato, a COFI encaminha ofício para a empresa organizadora, solicitando que o edital seja retificado, orientando o fato de ser uma profissão de nível superior regulamentada com atribuições e competências previstas em lei. Caso a instituição não atenda as solicitações, cabe denúncia ao Ministério Público Federal, a fim de que sejam respeitadas as atribuições deste conselho e da profissão.

Passei num concurso público, mas até agora não me chamaram e sei que há assistentes sociais contratadas trabalhando na instituição. O que o CRESS pode fazer por mim?

Neste caso não cabe denúncia ao CRESS, mas, sim, ao Ministério Público. A organização coletiva da categoria em prol de seus interesses também é fundamental. Mas, segundo a própria Constituição Estadual, cabe aos conselhos somente a fiscalização daquilo que é pertinente a sua matéria profissional. Sendo assim, o CRESS deve fiscalizar as atribuições para o cargo de assistente social e o seu conteúdo programático. As entidades sindicais, nesse caso, podem e devem ser acionadas pelas aprovadas no concurso, uma vez que se trata de uma situação que envolve vínculo trabalhista. Nessas situações, o CRESS apoia a mobilização de assistentes sociais, cedendo o espaço para realização de reuniões de concursados, divulgando as reuniões, e manifestando-se publicamente sobre a necessidade de convocação, de modo a garantir um exercício profissional de qualidade nessas instituições em função da crescente demanda pelo trabalho de assistentes sociais.

Constatei uma irregularidade num concurso ou seleção para assistente social. Como posso saber se o CRESS já interveio?

Acesse o link na página do CRESS "Fiscalização de vagas e editais", onde a categoria pode acompanhar nossas providências em relação às irregularidades, ou acione a COFI, nos dias de plantão pelo telefone (3147-8765) ou pessoalmente, ou por e-mail (cofi1@cressrj.org.br).

Orientação e Fiscalização Profissional

COFI orienta a categoria sobre visita domiciliar

A visita domiciliar é um dos muitos instrumentos que podem ser utilizados por assistentes sociais durante o trabalho. No entanto, a COFI chama a atenção para o viés que a ferramenta deve seguir, articulado com nossa relativa autonomia profissional.

A comissão tem recebido diversas informações, repassadas pela categoria, sobre a requisição na utilização deste instrumento por parte dos empregadores. O que por vezes, pode conflitar com os preceitos do nosso Código de Ética.

“O que tem chegado, nesses últimos meses, são situações pontuais de requisição de visita domiciliar para atualização cadastral de Recursos Humanos (RH) de funcionários, como se fosse uma prova de vida. Também existem informações de requisições de prefeituras a assistentes sociais que estão atrelados a benefícios de transferência de renda, Bolsa Família, Bolsa Carioca, por exemplo. Em que as profissionais são demandadas para atualização cadastral e para fiscalização da utilização de benefícios. Para checar se realmente a pessoa está utilizando o recurso da forma proposta pelo poder público ou se o usuário se encaixa, de fato, no perfil de beneficiário”, afirma a agente fiscal Arlene Trindade.

A COFI orienta ser preciso escapar do caráter fiscalizatório e policalesco que a visita domiciliar pode acabar tendo a partir das exigências de empregadores e chefias. Ao explorar as muitas contradições que permeiam as instituições, a profissão e a sociedade em geral, assistentes sociais podem trabalhar a partir das contradições. Ou seja, dar respostas às demandas institucionais, mas de forma crítica, tendo como norte o projeto ético-político profissional e o compromisso com os interesses dos usuários.

“Autonomia profissional é sempre relativa. A condição de assalariado coloca assistentes sociais numa relação desigual de força e poder. Existe uma pressão por parte dos empregadores. Precisamos dar respostas institucionais sim, mas não precisamos e nem devemos realizar uma visita, por exemplo, com a perspectiva da fiscalização.



“O instrumento, quando usado por nós, deve buscar elementos para conhecer e intervir naquela realidade” Aline Miranda

Devemos questionar, ponderar a escolha de um determinado instrumental quando não concordamos com ela. Podemos atender a solicitação da instituição, mas usando o instrumento de forma crítica e criativa. Não existe instrumento progressista ou conservador. O que vai dar o direcionamento político da ação é de que maneira assistentes sociais se utilizam do instrumental”, reflete o assistente social Felipe Moreira, conselheiro integrante da COFI.

De acordo com a agente fiscal Aline Miranda, as equipes de Serviço Social precisam cada vez mais se debruçarem sobre a questão do Plano de Trabalho, informando a que se propõe a atuação profissional. O Plano deve incluir, também, quais são os instrumentos necessários para trilhar o caminho na direção do objetivo profissional.

Conhecer a realidade sociofamiliar, como os usuários acessam seus direitos fundamentais e propor estratégias para o enfrentamento dos quadros de violação e o não acesso a direitos devem constar nos objetivos do exercício profissional de assistentes sociais. E a visita domiciliar pode cumprir um papel importante nesse sentido.

A associação direta do Serviço Social com visita domiciliar está ligada às raízes mais profundas da história da profissão: “Existe um entendimento equivocado de que a visita domiciliar é um instrumento privativo de assistentes sociais. Na verdade qualquer profissional poder fazer uma visita. A visita domiciliar é uma competência de assistentes sociais, mas não só. O instrumento, quando usado por nós, deve buscar elementos para conhecer e intervir naquela realidade. Identificar, por exemplo, determinados elementos nas relações familiares, porque, às vezes, apenas o atendimento na instituição não dá conta. A autonomia profissional, que é relativa, precisa ser bem explorada para contribuir na definição do quando e como o instrumento vai se utilizado. Por isso, é importante o Plano de Trabalho e dentro dele poder demarcar as atribuições profissionais. Precisamos reverter essa dimensão fiscalizatória e policalesca”, afirma Aline.

O debate sobre visita domiciliar foi tema da série de matérias do Praxis (n. 82) sobre instrumentos e técnicas profissionais. Lei na íntegra o texto em: <http://www.cressrj.org.br/download/praxis/web-praxis82.pdf>

Política

“Agenda Brasil” ameaça conquistas dos trabalhadores

A recente onda conservadora tem aumentado seu tamanho assustadoramente. Se por um lado atitudes conservadoras e reacionárias são elementos que fazem parte das estruturas sócio-históricas do nosso país, por outro a conjuntura atual apresenta particularidades novas que têm ganhado cada vez corpo na Câmara dos Deputados, no Senado e em parte da sociedade civil. E os principais prejuízos recaem sobre os trabalhadores.

A “Agenda Brasil” redigida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, é prova dessa realidade. Frente às sucessivas crises enfrentadas pelo governo atual, setores da burguesia articulam uma manobra em defesa de interesses próprios, disfarçada sob a forma de “retornar o país ao caminho do crescimento econômico” e “desburocratizar a máquina estatal”.

As medidas foram apresentadas no início do mês de agosto e contam com mais de quarenta pontos, distribuídos em quatro eixos principais: melhoria do ambiente de negócios e infraestrutura, equilíbrio fiscal, proteção social e reforma administrativa e do Estado.

O membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e da Frente de Resistência Urbana, Guilherme Boulos, afirma que a pressão sobre o governo é o extrato da conta dos compromissos assumidos com o setor financeiro antes das eleições.

“Essa é uma pauta de retrocesso, recebida pela presidente Dilma com afago. Ela (a presidente) se comprometeu com diversos segmentos privados e agora eles estão cobrando sua fatura. Alguns trechos chamam a atenção como, por exemplo, o aumento do tempo para a aposentadoria e a autonomia do Banco Central, que na verdade significa entregar o país ao mercado financeiro de vez. Os temas ligados à questão indígena, que permitem um ataque ao espaço das comunidades historicamente demarcadas ao facilitar o acesso a licenças ambientais para o agronegócio é outro ponto importante. Ou seja, essa agenda é uma colcha de retalhos de diversos *lobbies* que pressionam o poder político”, analisa o filósofo e colunista do



jornal “Folha de São Paulo”.

O estudo “Representação política e interesses particulares na saúde”, dos professores Mário Scheffer, da Universidade de São Paulo (USP), e Lígia Bahia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), revela essa estreita relação.

As empresas de planos privados de saúde “doaram” cerca de R\$ 55 milhões às campanhas de mais de 130 candidatos durante o processo eleitoral do ano passado. Ou seja, não é de se estranhar que um dos tópicos da “Agenda Brasil” tenha sido a privatização do Sistema Único de Saúde (SUS), com “a possibilidade de cobrança diferenciada de procedimentos

do SUS por faixa de renda”, afirmava o item.

“Tem uma bancada enorme que representa os interesses dos serviços privados de saúde. Inclusive o presidente do senado é intimamente ligado a esse setor. Essa é a lógica das políticas públicas há tempos. Os interesses privados possuem muita força nos poderes públicos federais, estaduais e municipais. A agenda é mais um episódio que mostra como os lobistas moldam as políticas públicas do país. Houve uma tentativa de se privatizar o SUS, no entanto, numa proposta apresentada dias depois, eles retiraram esse trecho”, afirma Boulos, que chama a atenção para essas manobras.



“Essa agenda é uma colcha de retalhos de diversos lobbies que pressionam o poder político”

Guilherme Boulos



Agenda Brasil e o Serviço Social

O investimento em políticas públicas vem sofrendo com os cortes do governo, e a Agenda pode agravar ainda mais esse quadro.

Na visão de Monica Olivar, conselheira do CRESS-RJ e base do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz, a “Agenda Brasil” representa a ponta do iceberg. A proposta entregue ao governo é a materialização de um plano maior dos setores financeiros e da burguesia. Ela destaca que o baixo investimento unido à terceirização das relações trabalhistas devem ser acompanhados de perto por assistentes sociais, já que essas propostas representam dois golpes aos direitos da classe trabalhadora.

“Esse corte no orçamento atinge diretamente o trabalho de assistentes sociais na luta pela garantia de acesso a direitos de seus usuários. Se essa realidade for concretizada teremos alta rotatividade de profissionais nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Em consequência, a população usuária vai perder a referência no atendimento. Não vejo outro caminho a não ser a articulação com outras categorias profissionais e movimentos sociais como forma de enfrentamento ao ataque conservador. Porque o acirramento dessa luta irá acontecer” avalia a coordenadora da Comissão de Saúde do CRESS.

Ainda de acordo com Monica, o papel do Conjunto CFESS/CRESS dentro deste cenário é informar e orientar a categoria sobre o que está acontecendo e traçar estratégias coletivas de enfrentamento ao conservadorismo que está posto.

“A conjuntura é complicada. As grandes centrais sindicais foram cooptadas no primeiro governo Lula. Isso acabou encolhendo o movimento de lutas de classes. Mas hoje diversas centrais estão rompendo com o

governo, está havendo um racha. Vide a luta de funcionários públicos. Ela ganhou apoio de diversas entidades ligadas ao governo. Ainda não houve uma ruptura completa, mas percebemos essa articulação”, completa Mônica.

Nas praias as ondas vêm e vão há todo

momento, mas elas nunca são iguais em formato e força. A atual onda conservadora é grande. Estar atento a ela de forma crítica e organizado coletivamente “inclusive em nossos espaços de trabalho” são passos fundamentais para não sermos engolidos feito castelos de areia.

“Esse corte no orçamento atinge diretamente o trabalho de assistentes sociais na luta pela garantia de acesso a direitos de seus usuários”

Monica Olivar



Em tempos de avanço de ideias reacionárias e conservadoras, o desafio é ainda maior quando se observa a aprovação, em primeira instância, do Projeto de Lei nº 2.016/15, intitulada de “Lei Antiterrorismo”. A proposta é mais um duro golpe na democracia, pois abre caminho para a criminalização dos movimentos sociais e das manifestações políticas. Principalmente daquelas manifestações que não contam com o apoio da institucionalidade para se mobilizarem nas ruas.

Seccionais



Campos dos Goytacazes

Luto e luta pela assistência social

A política de assistência social vem sendo ponto de convergência de diversas atividades na Seccional de Campos e entre os núcleos que participam de sua área de abrangência.

Nesse processo identificamos que os instrumentos da Política de Assistência Social (prontuários, CAD Único e outros) estão assumindo um papel meramente técnico, o que vem prejudicando a realização de um trabalho coletivo e sistematizado e que permitam análises mais amplas por parte dos profissionais. Nas discussões realizadas sobre o tema, assistentes sociais e psicólogos de Campos dos Goytacazes organizaram-se para vestir a camisa de cor preta "Luto pela Assistência" e assim foram para a Conferência Municipal de Assistência Social, realizada no dia 17 de junho, no auditório do SENAC Campos, que se constitui num espaço de discussão coletiva acerca do SUAS.

"O luto da camisa representou a falta de valorização profissional que, segundo a Norma de Orientação Básica de Recursos Humanos não está relacionada somente ao salário, mas também a condições objetivas como espaço físico, materiais, carros para visitas domiciliares, capacitação e outros. Isso acaba por refletir diretamente na qualidade dos serviços. Vestir a 'camisa do luto' na Conferência teve um significado simbólico importante neste processo de identidade de classe trabalhadora na luta por direitos." conta a assistente social Eliana Ferez, membro da direção da seccional.

Cientes de que as condições para o trabalho qualificado dependem de investimentos nos setores e nos serviços, a Seccional participou da mesa de abertura da Conferência, onde problematizou a proteção social na atual fase de desenvolvimento do capitalismo.

A referida Conferência foi dividida em "dimensões" e uma delas discutiu a gestão dos trabalhadores do SUAS. A Seccional também assumiu a mediação do grupo que discutiu essa dimensão, onde foram discutidas as ações relativas à valorização do trabalhador, na perspectiva da desprecarização da relação e das condições de trabalho. Dentre algumas propostas aprovadas estão: a realização de concurso público para a atuação na política de assistência social; a instituição e a implementação de Plano de Capacitação e Educação Permanente; a instituição das mesas de negociação (Fórum Municipais de Trabalhadores); a instituição de planos de cargos, carreira e salários (PCCS); a garantia de ambiente de trabalho saudável e seguro, em consonância às normativas de segurança e à saúde dos trabalhadores.

"São múltiplos os espaços de trabalho para assistentes sociais na política de assistência social, seja nos equipamentos, na gestão ou no controle social. A discussão sobre ações na defesa dos princípios da profissão é importantíssima. Muitos desafios estão postos, mas a história mostra que, enquanto classe, temos que continuar no enfrentamento aos ataques diversos sobre os direitos dos trabalhadores em geral", reflete Eliana.

Durante a referida Conferência o CRESS-RJ foi homenageado como uma das instituições que está na representação da sociedade civil desde a fundação do Conselho Municipal de Assistência Social.



Volta Redonda

Trocas de experiências

Espaços que promovam a troca de experiências entre profissionais de diferentes espaços sócio-ocupacionais são extremamente salutares. Sua existência favorece a execução de um trabalho com qualidade. O trabalho de assistentes sociais e outros profissionais sai ganhando. E a população usuária mais ainda.

Pode parecer utópico, mas é um desafio possível de ser alcançado até mesmo no Sul Fluminense. As experiências têm apontado para essas possibilidades. Em Resende, por exemplo, desde o início de 2015, profissionais de Serviço Social da área de assistência social têm espaço para discutir o fazer profissional nessa política, refletir e articular ações entre as diferentes equipes.

Essa dinâmica contribui para um entendimento mais próximo da totalidade da vida dos usuários. A intenção é ampliar esta possibilidade para assistentes sociais da área da saúde e outras políticas. Acredita-se que essa ação poderá contribuir para uma prática intersetorial no município, atingindo uma comunicação efetiva entre as profissionais das diferentes políticas públicas.

Essa iniciativa é reflexo de assistentes sociais compromissadas com o fazer profissional crítico e com os direitos dos usuários.

Núcleo Agulhas Negras

A Seccional acredita que as colegas de Resende têm muito a contribuir para a realização das atividades bimensais do Núcleo Agulhas Negras, que objetiva discutir o exercício profissional e fomentar debates e ações em defesa do exercício profissional de qualidade. Consequentemente o próprio município também tende a ser beneficiado, uma vez que a troca com outros municípios também pode potencializar novas experiências.

A Seccional convida as assistentes sociais, principalmente, da região do Núcleo Agulhas Negras (Itatiaia, Resende, Porto Real e Quatis) a conhecerem a ação inovadora do município de Resende que vem dando certo e incentiva essas formas de organização. Acompanhem a agenda de reuniões do núcleo através do site do CRESS (www.cressrj.org.br), pelo perfil do CRESS no facebook e pelo boletim eletrônico semanal Via CRESS.

América Latina

Serviço Social: do Brasil para a Argentina

Pensar a história do Serviço Social na Argentina e no Brasil passa necessariamente por elementos em comuns e algumas particularidades, na origem e no processo de reconceituação, a partir da década de 1970. Esse é um dos caminhos possíveis para narrar a história da profissão dos vizinhos latinos.

De acordo com o assistente social argentino Gustavo Repetti, professor da UFRJ, na raiz os países caminharam em direções contrárias, mas em sentidos nem tão diferentes assim.

"Talvez seja essa a maior diferença entre os países: o processo de emergência da profissão argentino foi mais laico. Isso não significa menos doutrinário. Digo isso para não parecer que o Serviço Social argentino não teve influência da Doutrina Social da Igreja. Quando digo um pouco mais laico, aponto, sobretudo, para a abertura do primeiro curso de Serviço Social. A escola nasce numa perspectiva mais progressista, dentro de uma universidade pública, diferente do Brasil, em que surge no seio da Igreja Católica na década de 1930. Essa influência tem a ver com o projeto de um deputado do Partido Socialista de Buenos Aires, que vai ter uma série de preocupações com os problemas oriundos do processo de industrialização, como saúde e habitação", conta o coordenador regional de graduação da Região Leste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

A origem do Serviço Social na Argentina se dá a partir de 1920, ligado a uma prática que ficou conhecida como "visitadoras de higiene social", na Universidade do Museu Social, em Buenos Aires. A intenção do curso era formar profissionais com a visão que fosse além exclusivamente de saúde pública, buscando entender todo o entorno das demandas da população.

Os laços se estreitaram, relata Gustavo, quando acadêmicos argentinos vieram estudar no curso de mestrado da PUC São Paulo a partir de 1976. Depois o movimento se repetiu no doutorado da mesma instituição em 1981.

"Na Argentina, o primeiro mestrado é o da Universidade Nacional de La Plata, em 1995, que foi aberto em convênio com a PUC de São



Paulo e o primeiro doutorado data dos anos 2000", afirma, ao explicar que esse movimento proporcionou um crescimento das pesquisas dentro do país.

Exercício profissional e formação

Por comparação, os conselhos profissionais argentinos funcionam como as federações estadunidenses, onde cada estado possui autonomia para legislar em favor próprio. Essa realidade nas entidades da Argentina emperra, por exemplo, um código de ética que abranja toda a categoria.

A assistente social argentina e doutoranda em Serviço Social Laura Rivero explica que esse mecanismo se deve, também, ao tipo de formação acadêmica. Na Argentina,

"Aqui (no Brasil) os conselhos são mais fortes e organizados, conseguem orientar o exercício profissional; na Argentina, não"

Laura Rivero

existem dois tipos de titulação profissional: os cursos terciários, com duração de quatro anos (comparam-se ao tecnólogo no Brasil) e os cursos de Serviço Social oferecidos por universidades públicas e privadas de 5 anos de formação (equivale à formação em nível superior). Ambas as formações dão direito ao exercício legal da profissão, mas a pesquisadora chama a atenção para a diferença na qualidade e aprofundamento teórico da formação.

"Aqui (no Brasil) os conselhos são mais fortes e organizados, conseguem orientar o exercício profissional; na Argentina, não. Os conselhos são independentes, organizados por províncias, cada um faz sua lei. Por exemplo, se alguma assistente social com matrícula de Buenos Aires quiser trabalhar e matricular-se em outro em outra província, isso não é permitido. Creio que a imagem dos conselhos está muito ligada a uma função burocrática. Estamos lutando para mudar essa imagem. São muitos anos de conservadorismo. São poucas pessoas ainda nessa luta. Em relação aos dois tipos de formação, queremos que todos tenham a mesma formação, de nível superior", explica.

"Talvez seja essa a maior diferença entre os países: o processo de emergência da profissão argentino foi mais laico"

Gustavo Repetti



Instrumentos e técnicas em Serviço Social

Entrevista social

A entrevista social é um dos instrumentos mais utilizados por assistentes sociais e tem como uma de suas finalidades coletar dados e/ou aprofundar informações sobre um ou mais usuários através de entrevista individual ou em grupo. É uma ferramenta utilizada por assistentes sociais para levantamento e posterior registro de informações.

“A primeira etapa da realização da entrevista é o planejamento. É importante que profissionais de Serviço Social organizem e fundamentem sua ação, tenham clareza dos objetivos da entrevista, dos referenciais teóricos, éticos e políticos norteadores da profissão. Além de um profundo conhecimento sobre seu campo de atuação profissional, que compreende as legislações e políticas específicas, o funcionamento da instituição, o perfil dos usuários etc. Somado a isso, o respeito aos usuários e a preocupação com a qualidade e ampliação dos bens e serviços na perspectiva do direito, possibilitará a assistentes sociais agirem de forma segura, sem a necessidade de se aterem apenas a um roteiro pré-estabelecido, uma fórmula pronta”, analisa a assistente social e professora da PUC Rio, Tânia Noronha Horsth.

A entrevista possibilita a assistentes sociais aprofundar conhecimentos sobre o usuário e sua realidade social. Propicia, portanto, desvelar demandas muitas vezes implícitas na fala da população usuária. Perceber a dinâmica social não só pelo que está dado, no nível aparente.

Olhar o sujeito em sua integridade é uma premissa da entrevista. Na visão da assistente social Gizelly Ilha, do Consultório na Rua da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que atende pessoas em situação de rua na região do centro da cidade, esse instrumento é dinâmico e pode dar conta de uma realidade maior que a demanda imediata do usuário. Perceber de forma crítica o entorno da população e devolver o resultado da entrevista como análise concreta também é um dos prismas da entrevista.

“A entrevista em si faz parte de um processo de abordagem que é muito complexo. Ainda mais quando falamos de pessoas em situação de rua, o contato pode ser ainda mais complicado. Mesmo se a população está sob efeito de alguma substância, não podemos



“A entrevista em si faz parte de um processo de abordagem que é muito complexo”

Gizelly Ilha

restringir o atendimento. Com essa experiência organizamos uma estruturação mínima de uma entrevista, passando por questões básicas como identificação civil, se usa nome social e apelidos. Fazemos perguntas sobre uso de substâncias, sobre aspectos de sua saúde, seu cotidiano de vida, mas tudo com a participação do usuário. Explicamos o que é o serviço e ao que ele se propõe. Isto tudo para que fique explícito que não estamos ali simplesmente para encaminhar o sujeito para um serviço”, explica Gizelly.

Ainda de acordo com a assistente social, antes do momento da entrevista a equipe multidisciplinar do consultório vai a campo buscar informações sobre a movimentação desta população dentro do espaço urbano. Detalhes como por onde a pessoa fica durante o dia, ou passa a noite. Informações como se há demanda por mantimentos e se há operações da prefeitura previstas para o local podem modificar o planejamento da equipe.

A entrevista é um instrumento dinâmico

Para Tânia é necessário que profissionais de Serviço Social tenham como norte a garantia e ampliação de direitos sociais, propiciando aos usuários, no decorrer da realização da entrevista, a ampliação de sua interferência em questões que lhes são concernentes, compartilhando propostas, informações, decisões, divulgando o seu direito à participação. Ou seja, a entrevista social pode e precisa ser compreendida como uma ação norteada por nosso projeto ético-político no cotidiano do profissional.

O instrumento é um. Mas as possibilidades são múltiplas. A sensibilidade em atender determinados grupos escapa à lógica que qualquer manual possa apresentar. Por exemplo, entrevistar crianças de um abrigo que chegam ao local por denúncias de maus tratos ou violação de direitos requer de assistentes sociais muito mais do que questionamentos.

O assistente social Daniel Luz Barbosa trabalha na Casa Abrigo de Permanência Breve I, em Nova Iguaçu, que atende crianças de 0 a 12 anos, e ilustra esse exemplo.

“Quando a gente começa a fazer uma entrevista com a criança não dá para se colocar numa posição de entrevistador e entrevistado. Isso demanda certo tempo, para se construir uma relação de confiança, porque elas se colocam na defensiva. Se ficamos numa relação muito institucionalizada, não funciona. Enfrentamos certa dificuldade, por conta de uma visão distorcida que parte dos usuários tem do trabalho da equipe do abrigo, porque confundem normalmente os profissionais que atuam no acolhimento com o Conselho Tutelar. A entrevista é um instrumento que potencializa os objetivos da atuação de assistentes sociais”, mostra.

A experiência de Daniel na entidade de acolhimento institucional revela que assistentes sociais podem realizar entrevistas

com crianças. Como cidadãos que são, elas vivenciam, em seu cotidiano e com suas particularidades, os dilemas da nossa sociedade. Crianças são sujeitos de direitos, e portanto, devem ser ouvidas em suas demandas, suas necessidades. Isso potencializa as ações profissionais na perspectiva da garantia de direitos. É fundamental construir estratégias de entrevistas com esse segmento, mas jamais eximir-se de realizá-las, pois isso pode trazer prejuízos a esse público, uma vez que assistentes sociais constroem uma visão particular da realidade apresentada.

Engana-se quem pensa que existem instrumentos profissionais progressistas e outros conservadores. O que vai orientar a direção política da ação é a concepção de profissão e de sociedade que assistentes sociais têm. Não o instrumento por si. O importante é a capacidade de profissionais desempenharem com competência e criatividade suas atribuições, articulando as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social na sua atuação profissional.



“A entrevista é um instrumento que potencializa os objetivos da atuação de assistentes sociais”

Daniel Luz Barbosa

“A primeira etapa da realização da entrevista é o planejamento. É importante que profissionais de Serviço Social organizem e fundamentem sua ação”

Tania Horsth



CRESS da Região Sudeste em ação

Seminário Regional Serviço Social, Relações Fronteiriças e Fluxos Migratórios – o evento ocorreu em São Paulo/RJ, dia 23/7, e reuniu assistentes sociais da Região Sudeste. O debate girou em torno do fenômeno da migração e de como seus fluxos têm impactado o exercício profissional de assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais, tendo em vista o crescimento da população migrante no país. Todos os CRESS apresentaram que ações existem nos respectivos estados de atendimento à população migrante, refugiada ou não, bem como as ações que estão desenvolvendo para mapear o exercício profissional nesse campo.

Fórum Regional das COFIs– dia 23/7, em São Paulo/SP, foi realizado o Fórum, que contou com a presença dos CRESS da Região Sudeste. Foram discutidos os instrumentais utilizados pelas Comissões de Orientação e Fiscalização, com o objetivo de aprimorá-los. O CRESS-ES assumiu a organização do próximo Fórum.

Fórum Regional das Comissões Permanentes de Ética – no dia 23/7, em São Paulo/SP, o CRESS participou de mais uma reunião do Fórum. Na ocasião, os CRESS do RJ, SP, MG e ES discutiram os processos de desaforamento de denúncias éticas, os recursos éticos, bem como apresentaram um levantamento inicial do perfil das denúncias éticas em cada CRESS no período de 2010 a 2014.



Encontro Descentralizado da Região Sudeste – com o tema “O Serviço Social em tempos de reação conservadora: militar para desmilitarizar”, o evento reuniu os CRESS da Região Sudeste e o CFESS. Realizado em São Paulo/SP, entre os dias 24 e 26/7, a delegação do CRESS participou do evento de monitoramento das deliberações do Encontro Nacional CFESS/ CRESS, apresentando as ações desenvolvidas. No dia 11/7, ocorreu no CRESS a reunião preparatória da delegação que participou do encontro.

Outras ações do CRESS

Junho/Julho de 2015

Debates sobre política sobre drogas pelo estado – o CRESS participou de atividades em Petrópolis, dias 7 e 21/7, discutindo e apresentando o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS com outras instituições para pensar a rede de cuidados em política de drogas no município. O CRESS também palestrou no Fórum de Supervisão de Estágio do curso de Serviço Social da UNIFOA, em Volta Redonda, discutindo o tema “Os desafios da consolidação do projeto ético-político profissional e a descriminalização no campo das drogas”, dia 17/6. Também palestrou na atividade do Núcleo Josy Ramos, em Silva Jardim, com o tema “A questão das drogas, políticas sociais e exercício profissional”, dia 20/7. Participou ainda das palestras “Maconha: usos, políticas e interfaces com a saúde e direitos”, realizada pela FIOCRUZ no dia 1/7, e “Discriminiza STF: pelos direitos de usuários e cultivadores”, ocorrida na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, dia 6/7.

“Laudos e pareceres: para que(m) serve esses documentos no sistema de justiça?” – esse foi o tema da mesa realizada dia 8/7 que contou com a participação do CRESS como palestrante durante o V Congresso Nacional dos Defensores Públicos da Infância, na sede da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Multiplicação do curso “Ética em movimento” – nos dias 13 e 20/6 e 4 e 18/7, ocorreu no auditório do CRESS a multiplicação do curso “Ética em movimento”, que teve como público-alvo prioritário assistentes sociais que ocupam cargos de gestão nas diversas instituições. Ocorreu ainda outra edição do curso no auditório da seccional de Volta Redonda, nos dias 15 e 29/6 e 13 e 27/7, que teve como objetivo, além de discutir a ética profissional, capacitar futuras comissões de instrução de processos éticos que possam vir a tramitar no âmbito da seccional de Volta Redonda.

Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans – membros da direção e da Comissão de Gênero, Etnia e Diversidade Sexual do CRESS estiveram presentes no seminário realizado em São Paulo/SP, nos dias 11 e 12/6. Organizado pelo CFESS e pelo CRESS-SP, o seminário discutiu questões como o exercício profissional no processo de transgenitalização, dos serviços voltados para a população trans, da importância do reconhecimento dos direitos, nos diferentes serviços, desse segmento populacional ainda vítima de muito preconceito e violência por parte da sociedade.

Jornada Universitária de Reforma Agrária – o CRESS compôs a mesa de abertura do II Seminário de Formação Social do Brasil, Questão Agrária e Serviço Social, no dia 17/6, na UFRJ.

XII Conferência Municipal de Saúde da cidade do Rio de Janeiro – o CRESS esteve presente na conferência e assinou o manifesto de repúdio ao impedimento da participação democrática da população na conferência, que ocorreu entre os

dias 17 a 19/7. O manifesto pode ser acessado no link <http://goo.gl/kFF0iU>

Exercício profissional no sistema socio-educativo – a Comissão Sociojurídica do CRESS realizou evento na Escola de Gestão Socioeducativa discutindo o documento “Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão” com os profissionais do DEGASE e de outras instituições que executam medidas socioeducativas para adolescentes que cometeram ato infracional. O evento, que ocorreu no dia 22/6, também discutiu as demandas para o Serviço Social através de oficinas e comemorou os 25 anos do ECA.

Seminário Nacional da Mulher Latino-americana e caribenha – realizado no dia 23/7, o CRESS-RJ esteve presente no evento realizado pela Fundação Oswaldo Cruz, em comemoração ao Dia Internacional da mulher latinoamericana e caribenha.

I Seminário Internacional Marxismo e Direito: contribuições ao Serviço Social – realizado pela UFRJ, o CRESS-RJ participou da mesa de abertura do evento, realizado no dia 9/6.

“Novas configurações da seguridade social e seus impactos sobre os direitos dos trabalhadores” – esse foi o tema do evento comemorativo do Dia da Assistente Social ocorrido no Hospital Federal de Bonsucesso, no dia 11/6, que contou com o CRESS na mesa de abertura.

Luta contra a redução da maioria penal – o CRESS esteve presente em ato público realizado em Niterói, no dia 23/6, e no mesmo dia participou de uma roda de conversa organizada pela Associação dos Docentes da UFF (ADUFF) sobre a temática.

Conferências Municipais de Assistência Social – no município de Silva Jardim, o CRESS foi palestrante na conferência realizada no dia 10/7, com o tema “Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026”. Em Macaé, o Núcleo Construção e Movimento discutiu a participação de assistentes sociais na conferência municipal que contou com a presença do CRESS. No dia 29/7, o CRESS também participou da conferência da cidade do Rio de Janeiro.

Atividade com as comissões de instrução – no dia 9/6, a Comissão Ampliada de Ética do CRESS realizou uma atividade com as comissões de instrução de processos éticos do Conselho, discutindo as fases do processamento ético e a importância da participação de assistentes sociais nessas comissões, em defesa da ética profissional.

Instrumentalidade do Serviço Social – o CRESS esteve presente no debate organizado pela Seccional de São José do Rio Preto, do CRESS-SP, dia 24/6, em evento comemorativo ao Dia da Assistente Social.

Cidade e megaeventos esportivos – dia 11/7, a Comissão de Direito à Cidade do CRESS realizou apresentação do conselho e debate sobre o tema com os adolescentes da Fundação Gol de Letra, na região do Caju, na cidade do Rio de Janeiro.

Palestra sobre benefícios previdenciários na UNRIO – a Comissão de Previdência do CRESS ministrou palestra sobre o tema para estudantes e docentes da UNIRIO, no dia 24/6.

Diversidade sexual e política de assistência social – no dia 3/7, o CRESS participou do ciclo de debates sobre diversidade sexual organizado pelo município de Belford Roxo/RJ. Na referida data, o público-alvo foram os profissionais da assistência, que discutiram a importância de dar visibilidade às



Ilusões e sementes dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

– a Comissão de Assistência Social do CRESS realizou evento comemorativo no dia 13/7 sobre os 25 anos do ECA, no auditório do Conselho. Na pauta, os desafios do exercício profissional comprometido com a garantia de direitos de crianças e adolescentes nas diversas políticas sociais.

demandas da população LGBT e pensar estratégias para atender as necessidades socioassistenciais apresentadas por este segmento.

Debates sobre Serviço Social na saúde – com o tema “Desafios dos assistentes sociais na saúde” o CRESS ministrou uma aula no dia 19/6, em evento realizado no Instituto Nacional de Cardiologia. E a Comissão de Saúde do CRESS, no dia 2/6, realizou roda de conversa sobre a atuação de assistentes sociais na saúde, voltado para estudantes de Serviço Social em final de curso.

Os direitos dos policiais militares e o debate das relações entre segurança pública e direitos humanos – esse foi o tema do debate realizado pelo Serviço Social da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro, aberto para participação de policiais, e que contou com o CRESS na mesa de abertura, dia 8/7.

Seminário Interno Administrativo-financeiro – no dia 27/6, a Comissão de Gestão Administrativo-financeira do CRESS realizou apresentação interna para os conselheiros sobre a dimensão administrativa, jurídica e contábil do Conselho. Na oportunidade, as assessorias do CRESS reafirmaram o papel político do Conselho, demonstrando a importância da dimensão administrativo-financeira para o cumprimento das funções e projetos do CRESS, instrumentalizando a diretoria dos mecanismos necessários ao funcionamento do Conselho.

Defesa do Serviço Social na Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) – após reunir-se com as assistentes sociais que atuam na SEEDUC, o CRESS participou de audiência com a Subsecretaria de Gestão de Pessoas da Secretaria, dia 18/6, de modo a reivindicar o reconhecimento do Serviço Social na secretaria. Apesar de várias assistentes sociais estarem atuando na SEEDUC, a partir de concurso realizado pela SEPLAG com denominação genérica, a Secretaria recusa-se a reconhecer a categoria profissional como tal.

Readaptação profissional e Serviço Social – esse foi o tema da troca de experiências profissionais realizada pela Comissão de Empresa do CRESS, no dia 24/6.

Aula sobre favela e Serviço Social – o CRESS ministrou uma aula sobre o tema para estudantes do curso de Serviço Social da PUC-RJ, no dia 10/6.

Política de assistência social – esse foi o tema da atividade do núcleo Maria Conga e Andorinhas, realizada em São Gonçalo, no dia 9/7.

1ª Oficina Nacional de Relatoria da 15ª Conferência Nacional de Saúde – o CRESS esteve presente na atividade realizada na Universidade de Brasília, dias 6 e 7/7.

“A sistematização da prática em debate: a importância do projeto de intervenção” – esse foi o tema do evento realizado pelo CRESS em Mesquita, dia 29/7, organizado Núcleo Baixada

Organização e Luta. Além de uma mesa que contou com a presença do Conselho como palestrante, no período da tarde foram realizadas oficinas sobre elaboração de projetos de intervenção do Serviço Social.

Comitê Estadual de Combate à Intolerância Religiosa para a Promoção dos Direitos Humanos – dia 6/6, o CRESS tomou posse como um dos membros do comitê, ligado ao governo do estado do Rio de Janeiro, em cerimônia realizada na Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, ocasião em que o comitê foi retomado.

XI Jornada Científica do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho – o CRESS participou da abertura do evento, no dia 12/6, que discutiu as experiências profissionais de assistentes sociais no âmbito da política de saúde.

Roda de conversa sobre o Disque 100 – dia 21/7, o CRESS realizou uma roda de conversa que contou com a participação das Comissões de Assistência Social, Sociojurídica, da COFI e do CFESS, de modo a aprofundar internamente os debates sobre o exercício profissional envolvendo as denúncias provenientes do Programa Disque 100, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Projeto de Lei da Terceirização – a Comissão de Empresa do CRESS discutiu a temática, focando nos impactos para o exercício profissional de assistentes sociais, nos dias 22/7 e 31/7.

Código de ética profissional e ações do conjunto CFESS/CRESS – dia 15/6, o CRESS ministrou uma oficina sobre o tema para estudantes do curso de Serviço Social da UNESA, em Cabo Frio/RJ.

I Conferência Municipal de Política para as Mulheres da Cidade do Rio de Janeiro – no dia 31/7, o CRESS participou desta importante iniciativa e conquista dos movimentos sociais.



Serviço Social e sistema penitenciário – dia 29/7, a Comissão Sociojurídica realizou evento que discutiu o exercício profissional no sistema prisional, na Escola de Gestão Penitenciária. O evento ocorreu imediatamente após uma visita de fiscalização realizada pelo CRESS durante a realização de um “mutirão” de exames criminológicos em uma das unidades prisionais. Na ocasião da visita, o CRESS deixou o Termo de Visita, apontando diversas irregularidades no exercício profissional. Durante o evento, após a mesa principal, ocorreram oficinas, onde foram debatidas as principais demandas do Serviço Social no espaço prisional.

AÇÕES DO CRESS – JUNHO e JULHO de 2015

NÚMEROS

Pedidos de novas inscrições / reinscrições		185
Pedidos de cancelamentos / transferências para outros CRESS		55
Cerimônias de Entrega do Título de Assistente Social		02
Atendimentos da COFI	Por telefone	171
	Por e-mail	79
	Pessoalmente	36
Visitas realizadas		44
Novos procedimentos da COFI		12
Fiscalização de editais de concursos e vagas		0
Novas denúncias éticas	De usuários	00
	De assistentes sociais	00
	De outros	00
Processos éticos em andamento	Com Comissões de Instrução de Processos Éticos em funcionamento	33
	Sem Comissões de Instrução de Processos Éticos em funcionamento	02
Julgamentos éticos realizados		01
Novas denúncias de desagravo público		01
Oficinas sobre benefícios previdenciários		01
Reuniões de Comissões do CRESS-sede		45
Reuniões na Seccional de Campos dos Goytacazes		07
Reuniões na Seccional de Volta Redonda		07
Reuniões de Núcleos do CRESS		14
Reuniões de Conselho Pleno		05

Conjunto CFESS/CRESS

Recadastramento profissional tem início em dezembro

A partir do dia primeiro de dezembro, os CRESS de todo o Brasil começam a campanha de recadastramento de assistentes sociais. A proposta surgiu como deliberação do 43º Encontro Nacional, em Brasília. A atualização de dados será realizada de forma online. Para isso um link será disponibilizado no site do CRESS (www.cressrj.org.br). Quem não tem acesso à internet ou assim preferir, poderá preencher o formulário eletrônico na sede do Conselho. Um computador ficará disponível para tal operação. As profissionais terão até 31 de dezembro de 2016 para realizar o recadastramento obrigatório.

O CRESS-RJ possui a terceira maior base da categoria no Brasil, aproximadamente 17.000 profissionais. O coordenador da Comissão de Inscrição do CRESS-RJ, conselheiro Nelson Félix, chama a atenção para a importância da adesão da categoria. Ao longo do processo, que durará mais de um ano, as profissionais serão orientadas através de campanha nos meios de comunicação do CRESS a realizarem a atualização. Com a proximidade da data limite, assistentes sociais que não tiverem realizado o recadastramento, serão informadas formalmente via carta a fazerem. Importante ressaltar que como o recadastramento é obrigatório, a assistente social que perder o prazo estará sujeita a sanções previstas na Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão em todo o território nacional.

“Toda profissional inscrita no Conselho entrega no ato da inscrição seus dados pessoais (CPF, identidade e endereço) e profissionais, mas isso acontece uma única vez. Ao decorrer dos anos esses dados acabam ficando desatualizados, pois é comum as pessoas mudarem de endereço ou de trabalho. Precisamos ter contato com a categoria por diversos motivos e esses dados são fundamentais. Parte das profissionais fica sem receber alguns de nossos informes. Isso acontece inclusive com nossos instrumentos de comunicação que acabam retornando porque não temos os novos endereços em nossa base. Como o Via CRESS, o informativo



"Precisamos ter contato com a categoria por diversos motivos e esses dados são fundamentais"

Nelson Félix

que é distribuído através de e-mail, e a revista impressa Práxis, que chega pelos correios a todas as assistentes sociais do estado do Rio de Janeiro”, explica.

Pesquisa sobre perfil das profissionais

Durante a realização do recadastramento, as assistentes sociais serão convidadas a participar de um levantamento de dados sobre o perfil profissional da categoria, preenchendo um formulário *on line*. Diferentemente do recadastramento, o preenchimento deste formulário não é obrigatório. No entanto, o CRESS ressalta a importância da adesão da categoria a este levantamento cujo resultado indicará elementos para as ações políticas do Conjunto nos próximos anos.

“Temos percebido uma série de violações no que se refere ao exercício profissional de assistentes sociais. O Conjunto CFESS/CRESS possui papel importante no processo de conquistas de direitos. Mas para darmos continuidade às ações políticas precisamos saber melhor que realidade é essa na qual a categoria está inserida, de que forma e em quais espaços sócio-ocupacionais estão trabalhando”, afirma Nelson.

Substituição da carteira e cédula profissional por cartão de policarbonato com chip

Outra necessidade percebida pelo Conjunto foi a troca das carteiras e cédulas de identidade profissional por uma única identificação. Todas as profissionais poderão fazer essa troca, também a partir de dezembro. Os novos pedidos de identificação profissional já receberão a nova versão. A intenção é substituir todas as cédulas até dezembro de 2019, com o intuito de padronizar e unificar toda a identificação de assistentes sociais, bem como produzir uma carteira de identidade profissional com menos chances de falsificação.

Na verdade são três procedimentos diferentes: recadastramento, pesquisa do perfil profissional e troca da carteira. Mas que fazem parte da mesma questão, que é a inscrição profissional no Conselho. Vale ressaltar que as três ações foram pensadas através de debates da categoria, em seus espaços deliberativos, nas diversas comissões e a partir de demandas do exercício profissional. Essas análises e pesquisas surgem dentro deste contexto. Conhecer novas demandas existentes e manter o contato constante com a categoria vai subsidiar as ações de todo o Conjunto.